

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Siervo de Pernambuco

Class.: Política Ind. Oficial

Data: 2 de Dezembro de 1984

Pg.: 798

Índio critica a indefinição da linha política da Funai

BRASILIA - A execução da política indigenista nestes 17 últimos anos, desde a criação da Fundação Nacional do Índio, em 1967, é impossível de ser avaliada, não só por índios como também por sertanistas. Só no Governo Figueiredo o órgão desfilou as mais diversas correntes de pensamento sobre o indigenismo. Neste ano teve três dirigentes de um total de seis. Bateu o recorde em número de presidentes.

A última investida das lideranças indígenas na busca de uma política coerente de defesa dos seus interesses, foi tentada, esta semana. Participando do simpósio "Índios e Estado", os líderes se propuseram juntamente com não-índios a traçar um plano para o próximo Governo. A validade da iniciativa foi questionada não só por entendidos no assunto como também pelos próprios índios, considerando que eventos semelhantes já foram promovidos e suas conclusões em nada resultaram ou nem mesmo foram observadas.

POSICIONAMENTO

Ailton Krenak, índio, 31 anos, jornalista e coordenador de publicações da União das Nações Indígenas, organismo não reconhecido pelos órgãos oficiais - é um destacado e respeitado integrante do movimento indígena brasileiro. Durante o simpósio marcou presença e chamou a atenção dos povos indígenas nacionais.

Em sua opinião, a Funai, criada no dia 5 de dezembro de 1967, nada mais é do que "uma agência de desenvolvimento dentro de um Ministério de Colonização". Esta sua posição reflete a discrepância do vínculo da Funai com o Ministério do Interior, que acopla órgãos desenvolvimentistas, cujos interesses são conflitantes com o das comunidades indígenas. Assim, Ailton Krenak, cria uma equação obedecendo uma ordem de valores seguida por aquele Ministério.

ESPAÇOS

"Se você percebe - explica ele - que as terras indígenas são consideradas espaços vazios, a partir daí chega-se ao pressuposto que o Governo as ignora. Isto não acontece com os povos indígenas, atinge também a sociedade envolvente. As colonizações são provas do que eu falo. A partir do entendimento de espaço vazio, o governo entrega as áreas às multinacionais e aos poderosos grupos econômicos".

Muito antes de estar preocupado com quem será o próximo presidente da República ou quem será o fu-

turo dirigente da Funai - questões que Ailton considera irrelevantes - o índio quer saber qual será a postura do Estado. "Se o Estado vai tratar o índio como obstáculo ao desenvolvimento ou se ele vai perceber que nós somos os aliados do futuro. Isto porque tratamos como se fossemos figuras do passado, animais pré-históricos. E se existe alguma perspectiva de futuro para esta Nação, nós estamos nela e somos seus aliados".

ALTERNÂNCIA

Mesmo assim ele encara com um tímido otimismo a alternância no poder, acreditando que surgirá um novo arranjo social que dará ao Estado uma faceta diferente. "A minha esperança - assinala - é de que a população indígena tenha dentro deste novo possível arranjo força substancial para introduzir alguma mudança na relação com o Poder. Não acredito, contudo, que o Estado irá fazer isto por caridade, algo que teremos de conquistar".

A esta posição se contrapõe a de cautela do sertanista José Porfírio de Carvalho. "Vejo a mudança política - diz ele - com muita preocupação. Tancredo Neves para ser eleito deve fazer aliança com vários grupos, na maioria econômicos, e que têm interesses nas áreas dos índios. A despeito de eu ver com muito bons olhos o retorno da democracia, me preocupo muito em saber que o que acontecerá quando estes grupos começarem a cobrar do próximo Governo a defesa de seus interesses".

FALENCIA

O sertanista afirma que a política indigenista está falida. Ele lembra que quando o Serviço de Proteção aos Índios - SPI - foi extinto estava em situação semelhante a que se encontra hoje a Funai. Assim, em 1967, o Governo ao criar a Funai tinha a esperança de executar uma política indigenista para sanar os erros cometidos pela então SPI. O ex-serviço era vítima do empreguismo, da corrupção e de uma postura anti-indigenista.

Hoje, no entanto, quando é feita a releitura dos relatórios do que antes era considerado ato de corrupção os risos não são contidos. Basta recapitular a compra da atual sede da Funai no setor de indústria, o arrendamento da serraria de Tucuruí à Capemi, que foram escândalos nacionais. Em contrapartida, o autor destes feitos, como diz o sertanista, o "atribulário coronel João Carlos Nobre da Veiga, ocupa cargo de con-

fiança no Ministério do Interior".

ADMINISTRAÇÃO

Nos seis primeiros anos de criação da Funai, a política indigenista era executada de acordo com o humor de seus administradores, até que, em 1973, no dia 13 de dezembro, foi sancionado o Estatuto do Índio - Lei 6.001. Antes, contudo, do advento desta lei, a política indigenista obedecia à tradição da escola Marechal Rondon. Recorda Porfírio Carvalho, que, nesta época, existiram pessoas como os sertanistas Francisco Meirelles, Gilberto Pinto Figueiredo e Telésforo Fontes que, por suas próprias figuras, impunham respeito às comunidades indígenas. A seriedade do órgão era sentida nas mais simples ações. Bastava um documento para impedir a invasão do território de nação indígena.

A situação hoje é totalmente inversa. A Funai não tem força política e muito menos econômica para executar nem que seja uma política equivocada. Os grupos econômicos são fortes e suficientes para fazer gestões junto ao Poder e impedir a demarcação de uma reserva mesmo que seja de posse reconhecidamente imemorial. Segundo o sertanista, com o surgimento do Estatuto e a conseqüente alteração da política indigenista, caiu em descaso o tradicional respeito ao direito dos índios. A lei foi descumprida desde sua publicação. Os trabalhos indigenistas realizados passaram, a partir do Estatuto, a serem personalizados e a política indigenista a ser calcada em cima de pessoas que ainda guardavam o respeito à tradição. A lei caiu no vazio".

A atual aplicação da política indigenista está mais relacionada aos atendentes de enfermagem, motoristas de caminhão, regatões (caixeiros-viajantes) donos de botequim, do que mesmo a antropólogos e entidades de apoio ao índio. Conforme Porfírio Carvalho, o elenco de cientistas e entendidos na questão passaram a exercer política nos corredores de universidades, salas de simpósio e páginas de jornais. A única saída, no seu modo de ver, é a de interiorização do indigenismo, retornando, de fato, ao passado.

Por um lado, a posição do sertanista Porfírio Carvalho explica a participação de tantos não-índios em eventos semelhantes ao simpósio. De outra forma Ailton Krenak entende que o engajamento destas pessoas "vinculadas à política do branco e do governo", se justifica, no momento, pois o Estado só está aparelhado para ouvi-las.